



FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III DO EDITAL N.º 001/11/2018 - RESULTADO DA PROVA DISCURSIVA
PADRÃO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/01/2018

As questões discursivas foram corrigidas de acordo com o item 12 do Edital de Abertura do Concurso Público n.º 001/01/2018, da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

NÍVEL MÉDIO

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JUNIOR

QUESTÃO 01

A gestão da qualidade assume um importante papel no ambiente corporativo. Ela busca a excelência em processos organizacionais a fim de se obter produtos e serviços finais de acordo com o esperado pelos consumidores. Em seu dia a dia, diversas ferramentas auxiliam sua gestão, dentre elas, o Ciclo PDCA e a Matriz SWOT. Utilizando no mínimo 15 (quinze) e, no máximo, 30 (trinta) linhas, descreva uma destas duas ferramentas, explicando seu conceito e de que forma sua aplicação pode trazer benefícios e vantagem competitiva.

RESPOSTA: Resposta 01, Ciclo PDCA: O ciclo PDCA é uma ferramenta da administração que busca pela qualidade contínua dos processos organizacionais. Sua forma de aplicação baseia-se em 4 etapas: P – planejar, D – executar, C – checar, A – agir.

Planejar: Nesta etapa, deve-se estabelecer um plano de acordo com as diretrizes da empresa. Determinam-se objetivos, metas e métodos.

Executar: Esta é a etapa onde o planejado é posto em prática. É necessário acompanhar de perto e analisar em tempo real para que se possa diagnosticar falhas ou necessidades de alterações em procedimentos.

Checar: A terceira etapa consiste em avaliar se o que foi planejado realmente foi cumprido e se os resultados obtidos estão de acordo com o esperado.

Agir: Por fim, colocam-se em prática as ações corretivas.

Resposta 02, Matriz SWOT: A Matriz SWOT é uma ferramenta da administração utilizada para analisar o ambiente interno e externo. SWOT representa: S – forças, W – fraquezas, O – oportunidades, T – Ameaças

Forças: As forças representam fatores internos à organização, vantagens competitivas que suas particularidades internas possam fornecer.

Fraquezas: As fraquezas, assim como forças, são fatores endógenos. Elas representam vulnerabilidades que a estrutura da organização possa trazer.

Oportunidades: Esta parte da matriz, está presente no ambiente externo. São fatores que não podem ser controlados.

Ameaças: São fatores exógenos que fogem ao controle da organização e que sua presença somada às características da empresa podem ser prejudiciais à sua existência.

Complementando a explicação de uma das duas opções de resposta o candidato deverá não só apresentar sua estrutura teórica, mas também apresentar como aplicá-las e de que forma elas podem ser benéficas ao ambiente corporativo. Existe uma infinidade de opções e nesta etapa iremos avaliar as habilidades reais de compreensão e visão que o candidato possui.

CARGO: ASSISTENTE CONTÁBIL JUNIOR

QUESTÃO 01

De acordo com a Lei 4.320/64, onde serão demonstrados os resultados gerais dos exercícios? Identifique e caracterize cada um deles.

RESPOSTA: Lei 4320/64

CAPÍTULO IV

Dos Balanços

Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos independentemente de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

CARGO: ASSISTENTE CULTURAL JUNIOR

QUESTÃO 01

Segundo o Art. 216, da Constituição Federal de 1988, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]".

Em relação ao patrimônio cultural, histórico e artístico de uma nação, o trabalho de divulgação, acesso e exposição desses bens materiais e imateriais cumprem uma importante função social e cidadã ao oportunizar o conhecimento de formas de expressão, modos de criar e viver, criações científicas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e uma gama ampla de vestígios e produções que nos remetem a eventos passados e históricos de nosso município, estado e nação.

Sendo assim, disserte a respeito da importância do conhecimento e acesso a bens culturais e artísticos, para a formação cidadã e educacional de um indivíduo.

RESPOSTA: A respeito do conhecimento e acesso a bens culturais e artísticos e, além disso, a valorização de nossos documentos, monumentos e agentes históricos regionais e nacionais, é de suma importância para a nossa formação cívica e cidadã.

Assegurado pela nossa Constituição Federal de 1988, o patrimônio histórico e artístico nacional, seja material ou imaterial, é portador de nossa identidade e rememora diferentes grupos formadores de nossa sociedade brasileira; conhecê-los, estudá-los, e admirá-los, é extremamente pertinente para valorizarmos o local em que vivemos, os lugares que frequentamos e também aquelas pessoas e instituições que tanto marcam e marcaram a nossa história.

A falta de conhecimento sobre o nosso patrimônio, deixa-nos alienados, impedindo assim nossa ação para proteger o que é nosso. Isso pode ocorrer por dois motivos: primeiro, pela falta de políticas públicas que possibilitem o acesso a esses bens, como por exemplo, o restauro dos prédios antigos, o uso de materiais informativos para população etc. Se por um lado a culpa é do poder público, por outro, muito que acontece com o patrimônio, não só predial mais como um todo, é culpa nossa, pois ao insistirmos na omissão a busca de informações e da luta pela preservação do patrimônio, também estamos contribuindo para sua depredação.

Neste sentido, identificar as referências culturais e compreendê-las no espaço e no tempo pode ser um exercício coletivo que altera a visão e o entendimento sobre seu lugar e sua comunidade, fortalecendo assim os vínculos de identidade e pertencimento e estimulando a memória coletiva.

CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA JUNIOR

QUESTÃO 01

Texto

O que fazem os bibliotecários?

“Trata-se de verdade incontestável o fato de a biblioteca mostrar-se essencial ao crescimento, desenvolvimento e, sobretudo, à transformação das pessoas. Sem exigir horários nem uniformes, ela propicia a cada indivíduo a liberdade de conhecer o que quiser, quando quiser e como puder, em diferentes suportes (impressos, audiovisuais, cartográficos, ciberespaciais, entre outros), sem nada cobrar em troca; assegura a oportunidade de alcançar, ver, tocar, familiarizar-se com os mais diversos registros do conhecimento; oferece alternativa para escolha dos registros do conhecimento de interesse a cada um.

Se alguns levianos presumem-na morta e enterrada, a biblioteca renasce das cinzas qual fênix egípcia, simbolizando o deus sol e recriando-se.

Outra verdade estabelecida é o fato de haver diferentes tipos de bibliotecas. Cada país tem uma - e geralmente apenas uma - Biblioteca Nacional, destinada a preservar, disseminar e prover acesso à cultura e à produção bibliográfica (em sentido amplo) de uma nação, de um povo. Mais do que um patrimônio nacional, esse tipo de biblioteca faz-se patrimônio universal, na medida em que a cultura de um é parte da cultura do todo. Ao mesmo tempo em que olha para fora, para o mundo, uma Biblioteca Nacional precisa olhar para dentro e não somente preservar, mas difundir este patrimônio a seus concidadãos.

Os demais tipos de bibliotecas, ou centros de documentação, ou centros de informação, entre outras denominações, destinam-se a públicos específicos, mesmo que se refiram às incontáveis e diferenciadas parcelas de habitantes de uma determinada comunidade, município ou estado.

Seja qual for o seu tipo, portanto, cabe à biblioteca salvaguardar a história e os documentos relativos à comunidade ou à parcela de habitantes. Para tanto, há múltiplas funções a serem desenvolvidas...”

(Autor desconhecido)

Com base no texto, discorra sobre como a pessoa que atua em uma unidade de informação (biblioteca, centro de documentação, entre outros), pode realizar uma análise e tratamento da informação adequados aos seus usuários.

RESPOSTA: Pergunta: Analisar a informação como subsídio às necessidades dos usuários.

Resposta: Por diversos fatores, observa-se a importância de o profissional que atua numa biblioteca, conhecer o seu público. Cada usuário tem a sua necessidade de informação, varia de acordo com o seu perfil, isto inclui: área de atuação, nível de conhecimento,

posição social e/ou cultural entre outros. Dentro deste, é essencial avaliar, selecionar e disponibilizar adequadamente a busca desejada.

Pergunta: Analisar a dinâmica da recuperação da informação nos diversos suportes e formatos.

Resposta: As tecnologias da informação e comunicação têm afetado e gerado mudanças em todas as áreas do conhecimento, entre elas a área da Ciência da Informação e Biblioteconomia. Talvez o maior impacto tenha ocorrido no setor da organização e tratamento da informação, pois a crescente utilização de computadores e redes nos serviços oferecidos pelas bibliotecas requer que o planejamento dos mesmos considere os recursos informatizados, bases de dados, repositórios, portais e o compartilhamento de registros e conversão retrospectiva dessas informações.

Pergunta: uso das tecnologias na disponibilização e recuperação da informação;

Resposta: são as bibliotecas as maiores beneficiadas, tendo como principal papel tornar a informação acessível ao público em geral e de forma prática, rápida e com qualidade, não importando se a informação esteja em suportes físico ou digital. A possibilidade de acesso vai depender de como essas informações estão organizadas e como podem ser recuperadas.

Pergunta: quais etapas são essenciais e devem ser cumpridas para que a informação se torne acessível e de forma satisfatória?

Resposta: o tratamento da informação envolve as práticas de catalogação, classificação e indexação, as quais formam os registros bibliográficos dos catálogos, grande parte informatizados.

Pergunta: Explanar sobre importância da análise e tratamento da informação no todo em uma unidade de informação.

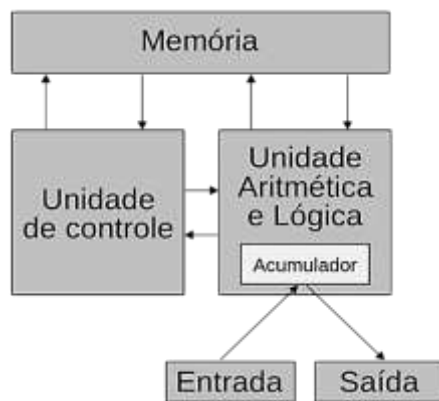
Resposta: Ao fazer uma análise da informação, é importante ter em mente que o principal objetivo é que a mesma atenda às necessidades dos usuários. Após selecionadas e coletadas as informações, as obras necessitam de organização, visando a seu acesso pelo público, sob diversos enfoques de busca e recuperação.

CARGO: OPERADOR DE COMPUTADOR JUNIOR

QUESTÃO 01

Um sistema computacional é um conjunto de circuitos eletrônicos interligados, formado por processadores, memórias, registradores, barramentos, monitores de vídeo, impressoras, mouse, discos magnéticos, além de outros dispositivos físicos (hardware). Todos esses dispositivos manipulam dados na forma digital, o que proporciona uma maneira confiável de representação e transmissão de dados. Segundo (MACHADO, Francis B.; e MAIA, Luiz Paulo. *Arquitetura de sistemas operacionais*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013), todos os componentes de um sistema computacional são agrupados em subsistemas básicos, chamados unidades funcionais: processador ou unidade central de processamento, memória principal e dispositivos de entrada e saída (e/s). Estes subsistemas estão presentes em qualquer tipo de computador digital, independente da sua arquitetura ou fabricante. Esta estrutura de sistema computacional foi definida entre a década de 40 e 50 pelo matemático John Von Neumann e é utilizada até nos dias de hoje. Na figura 1 é possível ter uma visualização da arquitetura, bem como da relação entre os sistemas. Após analisar a arquitetura (figura1) relate o diagrama enfatizando: 1) A finalidade de cada componente; 2) Como se relacionam e; 3) Como ocorre o fluxo de dados entre os subsistemas.

Figura 1: Arquitetura de John Von Neumann



RESPOSTA: A arquitetura é composta por três sistemas de hardware: (CPU) Unidade Central de Processamento, (MP) Memória Principal e Sistema Básico de Entrada e Saída (E/S). A arquitetura tem a capacidade de executar instruções sequencialmente de acordo com a prioridade de cada processo. A finalidade da (CPU) é executar programas que estão armazenados na memória principal, buscar as instruções desses programas, examinar essas instruções e executar as instruções uma após a outra (sequência). A Unidade de Controle (UC), realiza o controle de fluxo de informação buscando instruções na memória principal para serem executadas. Todas as operações aritméticas, booleanas (E, OU, NOT, etc) e comparações de dados são realizados pela Unidade Lógica e Aritmética (ULA). Por fim, as instruções são inseridas/visualizadas através dos dispositivos de entrada e saída (E/S), como por exemplo: teclado, monitor, impressoras e etc.

CARGO: RECEPCIONISTA JUNIOR

QUESTÃO 01

Qualidade é um termo relativo que vai mudando de significado à medida que as necessidades dos clientes evoluem. (William Edwards Deming)

Manter os clientes satisfeitos não basta, é preciso encantá-los, ou melhor, surpreendê-los. (Philip Kotler)

Considerando que os trechos acima têm caráter unicamente motivador, escreva justificando amplamente seu ponto de vista sobre o seguinte tema: Qualidade no atendimento como fator de transformação no serviço público.

RESPOSTA: O candidato ao elaborar a questão discursiva, trabalhe seus argumentos na Terceira pessoa e que tenha introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

Espera-se que o postulante que irá trabalhar o tema proposto deixe claro que a qualidade é fator principal relevante para o ideal funcionamento e atendimento das expectativas dos cidadãos.

Poderá discorrer acerca:

Os usuários dos serviços públicos possuem conhecimento e buscam cada vez mais seus direitos, o que os tornam exigentes.

Que é necessário melhorar o desempenho da Gestão Pública, pois é evidente a insatisfação do público que utiliza os serviços públicos.

O serviço prestado deve atender a uma real necessidade do usuário. A empatia como fator de suma importância.

A mudança da gestão burocrática para a gestão Gerencial voltada para o atendimento ao cidadão, a motivação dos servidores e controle dos resultados (Expectativas x Resultados).

A comunicação como fator de grande relevância na qualidade do atendimento.

O treinamento dos servidores como fator de transformação, valorizar os servidores, valorizar os contribuintes.

Qualidade nos Serviços públicos em consonância aos princípios da Constituição Federal de 1988, art. 37: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: BIBLIOTECÁRIO JÚNIOR

QUESTÃO 01 – ANÁLISE DE CASO PRÁTICO

De acordo com Tanus (2012, p. 160) “[...] a Documentação propôs extrapolar a dimensão do suporte em direção à informação contida nos variados documentos localizados em diferentes instituições.”

A biblioteca em que você trabalha recebeu em uma única doação diversos tipos de materiais como: livros impressos, CDs, DVDs, mapas e revistas. Descreva qual o procedimento e etapas deverão ser seguidos à organização destes documentos dentro da Unidade de Informação.

RESPOSTA: Separar por formato; analisar a relevância dos conteúdos se estão em conformidade com as necessidades dos usuários que ali buscam informações; classificar de acordo com a área de conhecimento; catalogar no sistema da biblioteca seguindo os padrões, com informações claras sobre o formato, área de conhecimento e outros; realizar o preparo físico; organizar e identificar nas estantes sobre o formato e assunto; promover a Disseminação Seletiva da Informação; sinalizar a biblioteca indicando onde encontrar os documentos.

QUESTÃO 02 – TEXTO DISSERTATIVO

Construção de conceitos no campo da ciência da informação:

“Sabemos que a ciência da informação possui várias relações com a biblioteconomia e com a documentação. Isto porque grande parte dos cursos, dos institutos e periódicos que tinham em seus nomes os termos biblioteconomia e documentação, em certo momento histórico, substituí esses termos pelo termo ciência da informação. Um segundo aspecto que nos leva à constatação de tais relações é o fato de a literatura especializada, quer seja nacional ou internacional, muitas vezes, associar ou estabelecer equivalência entre os termos biblioteconomia, documentação e ciência da informação, sem necessariamente esclarecer os conceitos a que se referem e suas especificidades. Na reflexão presente, consideramos que o termo ciência da informação surgiu para denominar e representar uma tentativa teórica e prática de superação da biblioteconomia e da documentação. Dessa maneira, o nosso ponto de partida será discutir a base conceitual da biblioteconomia e documentação e, paralelamente, observar se o fato de este campo do conhecimento ter se submetido a uma nova terminologia, ou seja, ter passado a empregar o termo ciência da informação, implicou um comportamento diferenciado diante das metodologias e padrões científicos.”

(GALVÃO, 1998)

A autora destaca que o termo Ciência da Informação surgiu na comunidade científica para denominar e representar uma tentativa de superação dos campos da Biblioteconomia e Documentação. Com base no texto, faça uma análise sobre Biblioteconomia e Ciência da Informação, seus conceitos e finalidades.

RESPOSTA: Pergunta: Definir conceito de Biblioteconomia e Ciência da Informação;

Resposta: A Biblioteconomia estuda as práticas, perspectivas e as aplicações de métodos de representação, e gestão da informação e do conhecimento, em diferentes ambientes de informação, tais como bibliotecas, centros de documentação, e centros de pesquisa. Apesar de não haver uma definição exata, estudiosos revelam que a Ciência da Informação é uma área que abrange as mais variadas disciplinas, presta serviços de informação para as demais áreas do conhecimento científico. Tem por objeto o estudo dos fluxos, dos caminhos percorridos pela informação, sua materialização em diferentes produtos e serviços. A Ciência da Informação não estuda a ação administrativa, política ou cultural em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de informacional.

Pergunta: A distinção e a relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Resposta: A Biblioteconomia, embora esteja dentro do campo de Ciência da Informação, estuda a disponibilização da informação nos seus mais variados suportes, enquanto que para a Ciência da Informação, a informação é o objeto de estudo dentro do contexto social e tem como seu principal atributo a interdisciplinaridade.

Pergunta: Metodologia, tratamento e recuperação da informação na Biblioteconomia.

Resposta: Seleção de fontes confiáveis, classificação, indexação e serviço de referência.

Pergunta: Impacto das revoluções tecnológicas sobre os métodos tradicionais de organização e disseminação da informação.

Resposta: Com as revoluções tecnológicas surgiu a informatização das bibliotecas, o que transportou estudos mais aprofundados sobre compatibilidade de hardwares, softwares, bases de dados, treinamento de funcionários, e outros. Com os catálogos online houve uma dinamização nas tarefas do bibliotecário, porém, fez-se necessário muita cautela para não haver omissão, duplicação, e nem redundância nas descrições bibliográficas e indexação.

Pergunta: A dinâmica da Ciência da Informação junto às transformações culturais e sociais.

Resposta: A Ciência da Informação é um campo com muita criatividade para a formulação de novos conceitos, muita agilidade para a compreensão de novos fenômenos e o desenho de novos âmbitos de pesquisa, dialoga com as mais distintas áreas disciplinares.

Pergunta: A contribuição da Ciência da Informação e da Biblioteconomia na produção científica mundial.

Resposta: Organizar, disponibilizar e disseminar a informação, por área de conhecimento.

Separar por formato;

QUESTÃO 01 – ANÁLISE DE CASO PRÁTICO

Para que uma empresa consiga crescer, é muito importante saber analisar os resultados operacionais obtidos. Conseguir compreender os demonstrativos financeiros de um negócio é um ponto-chave para avaliar o seu desempenho corporativo. Afinal, sem recursos para investir e honrar com as obrigações, a empresa não poderá crescer de forma sustentável. Para acompanhar adequadamente a gestão desses recursos, é preciso conhecer os principais indicadores financeiros de uma empresa. Com isso, será muito mais fácil entender a situação de uma organização para, posteriormente, criar estratégias e definir planos de ação para melhorar os resultados em longo prazo.

A Companhia TudoCerto apresentava a seguinte situação patrimonial e financeira:

TudoCerto Balço Patrimonial – 31/12/2018			
Ativo Circulante	680	Passivo Circulante	400
Duplicatas a Receber	300	Fornecedores	300
Estoques	380	Impostos a Pagar	100
Ativo Não Circulante	1.120	Passivo Não Circulante	600
Realizável a Longo Prazo	170	Financiamentos	600
Investimentos	350		
Imobilizado	600		
		Patrimônio Líquido	800
		Capital Social	550
		Reservas de Lucros	250
TOTAL ATIVO	1.800	TOTAL PASSIVO	1.800

Com base no Balço Patrimonial da Companhia TudoCerto, pede-se:

- A. Qual é o capital circulante líquido ou capital de giro da companhia?
- B. Calcule e explique os índices de liquidez abaixo:

1. Liquidez Corrente
2. Liquidez Seca
3. Liquidez Geral

RESPOSTA: Site: <https://www.contabeis.com.br/noticias/37562/analise-de-balanco-seus-indices-e-indicadores/>

Livro: Estrutura e Análise de Balços Fácil – Osni Moura Ribeiro
<https://books.google.com.br/books?id=6SJrDwAAQBAJ&pg=PT160&dq=analise+de+balancos&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwii9qncrOvfAhUMD7kGHUuIAcMQ6AEIQjAF#v=onepage&q=analise%20de%20balancos&f=false>

Os Índices de Liquidez

Muito importantes para administradores, gestores, investidores, analistas de mercado, fornecedores, bancos, dentre outros interessados, os Índices de Liquidez são ferramentas que viabilizam a avaliação da capacidade de pagamento das empresas frente às suas obrigações.

Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro = Ativo Circulante – Passivo Circulante

$$680 - 400 = 280$$

São 4 os índices de liquidez:

Liquidez Corrente

Muitos analistas sugerem que esse é o mais importante índice de uma análise de demonstrações financeiras. Ele é obtido pela fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$680 / 400 = 1,7$$

Seu quociente representa o quanto a empresa dispõe, em valores imediatamente disponíveis ou direitos conversíveis rapidamente em dinheiro, para saldar suas obrigações de curto prazo.

Em outras palavras, seu resultado indica quantos reais a empresa possui em bens e direito de curto prazo (Ativo Circulante) para fazer face a cada real (R\$) de dívidas de curto prazo que a empresa tem a pagar (Passivo Circulante).

A partir do resultado obtido, podemos fazer a seguinte análise:

- o **Maior que 1: demonstra que há capital disponível para uma possível liquidação das obrigações.**
- o Igual a 1: os direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.

Menor que 1: a empresa não teria capital disponível suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

Liquidez Seca

Esse índice muito se assemelha ao da Liquidez Corrente, diferenciando-se apenas por não conter em seu dividendo (número que será dividido pelo divisor) o valor dos estoques. Com efeito, esse índice se obtém pelo quociente da seguinte divisão:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$(680 - 380) / 400 = 0,75$$

Dessa forma, esse quociente trará sempre um índice menor ou igual ao Índice de Liquidez Corrente, e é de análise recomendada quando a utilização do estoque como disponibilidade exigir cautela, o que é muito comum, já que a liquidez do estoque depende de sua venda para se concretizar.

Liquidez Imediata

Esse é o mais conservador dos Índices de Liquidez. Também denominado Índice de Liquidez Absoluta ou Índice de Liquidez Instantânea, esse índice revela o quanto uma empresa dispõe imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo. É obtido pela aplicação da fórmula:

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$$

Assim, excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber, são considerados no dividendo apenas os valores de caixa, de saldos bancários e de aplicações financeiras. O quociente representará quantos reais a empresa terá imediatamente disponível para cada real de dívida de curto prazo que possui.

Liquidez Geral

A análise de balanço também traz o Índice de Liquidez Geral. Esse índice serve para detectar a saúde financeira da empresa de forma global (no que se refere à liquidez) e se difere dos anteriores principalmente por ser mais abrangente, ocupando-se da avaliação da situação de longo prazo da empresa (os três índices anteriores avaliam a situação de curto prazo). A fórmula para a obtenção do seu quociente é:

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$
$$(680 + 170) / (400 + 600) = 0,85$$

Assim, o Índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face à totalidade de suas dívidas.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>

CÁLCULO E ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Jonatan de Sousa Zanluca

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente às suas obrigações. Sendo de grande importância para a administração da continuidade da empresa, as variações destes índices devem ser motivos de estudos para os gestores.

As informações para o cálculo destes índices são retiradas unicamente do Balanço patrimonial, demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial da entidade, devendo ser atualizadas constantemente para uma correta análise. Atualmente, estudam-se 4 índices de liquidez:

Liquidez corrente

Calculada a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço, estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante.

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

A partir do resultado obtido, podemos fazer a seguinte análise:

Resultado da Liquidez Corrente:

Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações.

Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.

Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

Liquidez Seca

Similar à liquidez corrente, a liquidez Seca exclui do cálculo acima os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a **liquidação de obrigações**.

$$\text{Liquidez Seca} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$$

Liquidez Imediata

Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto-prazo da empresa.

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$$

Liquidez Geral

Este índice leva em consideração a **situação a longo prazo da empresa**, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

Observação: A partir de 31.12.2008, em função da nova estrutura dos balanços patrimoniais promovida pela MP 449/2008, a fórmula da liquidez geral será:

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

Análise dos índices

Para uma ampla e correta análise de liquidez da empresa, é aconselhável o estudo dos 4 índices de forma simultânea e comparativa, sempre observando quais são as necessidades da empresa, qual o ramo do mercado em que ela está inserida e quais as respostas que os gestores procuram ao calcular estes índices. Um balanço patrimonial bem estruturado com a correta classificação das contas pela contabilidade irá gerar índices de qualidade para uma melhor tomada de decisão dos gestores.

QUESTÃO 02 – TEXTO DISSERTATIVO

A lei 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes às obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Segundo o Art. 19, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

- I. Avaliação dos bens alienáveis.
- II. Comprovação da necessidade ou utilidade da alienação.
- III. Adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.

Dessa forma, de acordo com a lei 8.666/1993, enumere e explique quais são as modalidades de licitação e apenas identifique qual é a modalidade de licitação que se refere à lei 10.520/2002.

RESPOSTA: Lei 8.666/1993,

Art. 22. São modalidades de licitação:

- I - concorrência;
- II - tomada de preços;
- III - convite;
- IV - concurso;
- V - leilão.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

LEI 10.520/2002 – PREGÃO.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

CARGO: PROCURADOR JUNIOR

QUESTÃO 01 – PARECER JURÍDICO

Diamantino Guantaco é proprietário de extensa área, sem edificações ou qualquer outra forma de utilização, na área urbana de Foz do Iguaçu. Em meados de outubro de 2012, um grupo considerável de pessoas ocupou um terreno também não utilizado vizinho à propriedade de Diamantino e nele construiu pequenas unidades habitacionais para uso próprio. Estando o terreno de Diamantino cercado com arame farpado, os moradores do terreno vizinho abriram um pequeno buraco na cerca, suficiente para a passagem de uma pessoa e passaram a utilizar o terreno para o plantio e exploração de planta essencialmente utilizada para produção de droga ilícita, qual seja, a *Canabbis Sativa*, sendo que o local passou a ser utilizado para produção e comercialização da droga e frequentado por meliantes, constituindo fato notório e de conhecimento das autoridades, inclusive do Prefeito do Município de Foz do Iguaçu.

Apesar de tal conhecimento, o Município de Foz do Iguaçu não tomou qualquer atitude para evitar a atividade criminosa e danosa à saúde pública e promover o cumprimento da função social da propriedade urbana, em atendimento à Constituição e à legislação infraconstitucional. Com base em tal tema, o Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu apresentou questionamento a você, para que, na condição de Procurador da Câmara, elabore parecer jurídico sobre a possibilidade ou não da Câmara Municipal do Município de Foz do Iguaçu baixar declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, com base no Decreto-lei 3.365/41. Com base no enunciado, emita o competente parecer jurídico, fundamentando-o na legislação e vigente.

RESPOSTA:

Questionamento

Trata o presente expediente de uma consulta indagando sobre diversos aspectos relativos à uma declaração expropriatória a ser realizada pela Câmara de Foz do Iguaçu.

Vista e estudada a matéria, passa-se a opinar.

→ Na parte relativa ao relatório, deve-se indicar o objeto da consulta enviada ao parecerista, esclarecendo qual é a questão de fundo do questionamento.

→ Havendo diversas questões importantes e independentes, deverão também ser incluídas no relatório.

→ Necessário que o parecerista prime pela clareza e concisão.

Fundamentação jurídica

A questão sob análise versa sobre a possibilidade ou impossibilidade da Câmara Municipal do Município de Foz do Iguaçu para emitir declaração de utilidade pública para fins de desapropriação. Em que pese o fato de tal declaração não ser o ato mais apropriado, já que o ato de desapropriar é inerente à função administrativa, o ordenamento jurídico brasileiro prevê competência expropriatória ao Poder Legislativo, como se pode verificar do artigo 8.º do Decreto-lei 3.365/41:

Art. 8º - O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, os atos necessários à sua efetivação.

Logo, é certo que a declaração de utilidade pública não é exclusividade do Poder Executivo, a qual também pode ser emitida pelo Poder Legislativo, sendo que a lei é a norma apropriada para a sua edição.

Quando promover a fundamentação, o parecerista deve ter o cuidado de lançar os princípios que fundamentarão a conclusão final. Ainda, deverá tratar com precisão, clareza e concisão cada um dos temas expostos pela autoridade consultante, buscando oferecer sempre uma resposta clara e convincente.

Conclusão

Ante todo o exposto, tendo respondido aos questionamentos trazidos na consulta, opino, com base na legislação vigente, que o Poder Legislativo é dotado de competência para, por meio de lei, declarar a utilidade pública do bem a ser desapropriado.

É o parecer.

Data, local, nome e assinatura do parecerista.

QUESTÃO 02 – ANÁLISE DE CASO PRÁTICO

Analise o seguinte caso prático e fundamente suas respostas com base na lei, discorrendo sobre o caso:

José possui uma empresa de eventos instalada ao lado de um terreno pertencente a uma autarquia federal localizada no município de Foz do Iguaçu. O terreno pertencente à autarquia estava abandonado há vários anos, sem qualquer utilização por qualquer pessoa física ou jurídica e se encontrava tomado por mato e lixo. Necessitando expandir seu negócio, nos idos do ano de 1997 José limpou, cercou e construiu um salão em alvenaria no terreno abandonado e passou a utilizá-lo para promover festas e eventos realizados por sua empresa. O uso e a posse desse terreno, com *animus domini*, vêm perdurando por mais de 20 (vinte) anos, de modo que já estariam presentes os requisitos para a usucapião do mencionado bem móvel.

Tendo em vista a situação fática, José procura você para, na qualidade de advogado(a), orientá-lo na regularização e integração do imóvel ao patrimônio da empresa promotora de festas e eventos, formulando as indagações a seguir.

- A. O imóvel em questão é um bem público?
- B. É possível a usucapião de tal imóvel após transcorridos mais de 20 (vinte) anos de posse mansa e pacífica?

RESPOSTA: A) Em tal quesito, a resposta é afirmativa. O imóvel em questão pertence a uma pessoa jurídica de direito público, de modo que é um bem público, de acordo com o definido no artigo 98 do Código Civil.

B) Nesse quesito, a resposta é negativa. Isso porque os bens públicos gozam da característica da imprescritibilidade, ou seja, não poderão ser usucapidos, segundo estabelecido pelo artigo 102 do Código Civil.